



Formoso, 12 de Novembro de 2008.

À  
Unidade Regional Colegiada – (UR)  
COPAM Noroeste de Minas – Presidência  
Unai – M.G.



Ref: Of / Supram / Nº 510 – 2008  
Processo COPAM: 9916/2005/002/2007  
Pensado ao Processo 02793/2001 (FEAM)  
**FOB: 17741/2005**

### **Escopo**

O Posto Prisco e Moura Ltda, localizado à Avenida Presidente Castelo Branco nº 133 Centro, Formoso M.G, CNPJ 86634839/0001-05, neste ato representado por sua sócia proprietária Nilvia Prisco Damasceno de Moura, devidamente nominada nos Autos Processuais em referência, e como também no Contrato Social em anexo, em vista de ter sido negado a interposição de Recurso ao Auto de Infração 002006/2005; lavrado pela FEAM em 05-05-2005 às 15:00 Hs, e ainda reportando-se ao Processo (já arquivado) 02793/2001 – FOB – 17741/2005 e conforme consta no OF/ SUPRAM NOR / 510-2008, já sob a égide do Processo ora agendado 9916/2005/007/2007, que nos informa da decisão da unidade Regional Colegiada do COPAM Noroeste em ratificar a aplicação da penalidade afeita no Auto retro mencionado, pertencente a processo já extinto (sem nosso conhecimento), vem requerer neste diapasão mui respeitosamente, a revisão da Decisão Colegiada (conforme extrae-se do ofício SUPRAM/NOR 510/2008) que foi fundamentada ainda no Decreto Nº 39424/1998, conforme também alicerçado pela comunicação de 06 de junho de 2005, através do Ofício Nº 0803/2005 – FEAM, baseado ainda em seu Art 19, modificado pelo Decreto 43127 de 27-11-2007 § 3º item 2, conforme ratificado pelo chefe do Núcleo de Combustíveis, Dr. **Eduardo Luiz de Almeida Barcelar**.

### **Dos Fatos**

È um verdadeiro “**Samba do Crioulo Doido**” no qual se constitui hoje a tentativa de se legalizar ambientalmente um empreendimento já existente anteriormente à **Resolução CONAMA 273/2000** e sua congênere DN – 050/2000 (estado de Minas Gerais). De que adianta as licenças

corretivas como descritas na **Resolução CONAMA 273/2000** que foram materializadas para se ter um canal de comunicação mais estreito e efetivo entre o poder discricionário e a comunidade, buscando meios de negociações, como previsto na legislação Federal **9605/98** e até na Estadual **44844/2008 – Art 15**), onde um empreendimento em funcionamento anterior à Legislação, poderia ser adequado dentro de critérios e preceitos corretivos, onde fossem verificados sua capacidade em suportar financeiramente uma onerosa e árdua adaptação física, sem que se ferisse de morte um negócio antigo, familiar e que é responsável pelo sustento de várias famílias. O que temos visto é que o critério de negociação, base da LOC (Licença de Operação Corretiva) nos moldes em que o **Posto Prisco e Moura**, abriu o Processo e enquadrou-se em 2001, não foi obedecido, e analisando a contendo por parte do **COPAM** A mudança da **DN – 050** para **DN – 074** e a legislação afeita que também muito variou e se modificou em âmbito estadual a partir de 2001, só veio penalizar o pequeno empreendimento. Isto do ponto de vista constitucional e abominável e arbitrário, pois a lei não pode retroagir para penalizar e punir, haja vista, que até a recente **Lei 44844/2008** tem se fundamentado nesta questão, de atendimento e negociação, o que não foi nem de perto observado pela **Decisão Colegiada do SUPRAM/NOR** retro referenciada. Nestes moldes, o **COPAM**, há de convir que tal decisão contraria inclusive a **Autorização Ambiental de Funcionamento Nº 02295/2007** a nós delegada, que antecede portando a presente **Decisão**. Vejam só, ressuscitou uma excrescência autoritária da época da **FEAM** que inclusive não atendeu critérios técnicos e lógicos estabelecidos, uma verdadeira imoralidade praticada contra os incautos proprietários que buscam a dura penas reunir oxigênio para tender as originais **Resolução CONAMA 273/2000** e sua versão mineira **DN – 050/2000**. Reportamos inicialmente a B.H. (FEAM), depois ao **COPAM** de Montes Claros e agora em Unaí. Nestas idas e vindas, no afã de atender uma crescente desorganização, desconhecimento legal e técnico, falta de interesse de funcionários recém contratados que paulatinamente se inteiravam das questões, sem sobretudo ouvirem e auscultarem o lado da comunidade. Só o lado do Poder Discricionário era observado. Chegamos a pensar, ter entrado em um Lago de Águas Calmas e Cristalinas, após tanta turbidez. Para nosso espanto, surge esta decisão “**Samba do Crioulo Doido**” da época da FEAM, pré **DN - 074** – e após uma caminhada e sofrimento, atroz, onde nunca fomos solicitados para colocarmos nossas considerações. Foram muitos **FCEI**, e **FOB’S** até que chegamos na Autorização de Funcionamento, ora desrespeitada, pois uma multa descabida e fora de valor como esta, fere nos de morte e leva a comunidade de **Formoso** a ficar desabastecida de combustíveis, já que o nosso empreendimento é o único da cidade.

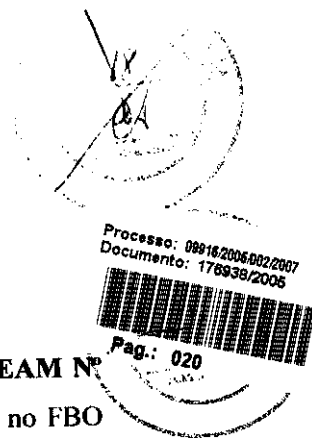
## **Tempestivamente temos a esclarecer que:**

1 – Em 05 de Maio de 2005, recebemos o relatório de Vistoria sob a lavra da **FEAM N° 008293/2005** que foi protocolado no processo já existente **02793/2001**, conforme consta no **FBO 17741/2005**, e no **Auto 002006/2005**, bem como relatório de Vistoria supra mencionado. Portanto já desde 2001 o empreendimento peticionante já tramitava seu processo de Licenciamento em âmbito da **FEAM**, como pode ser comprovado no **FOB** acima referenciado.

2 – Se já havia uma tramitação processual não deveria ser aplicado no caso em tela, o **ART. 19 do Decreto 39424/** como fora aplicado pelo **Auto 2006/2005**, pois segundo entendimentos a nível judicial, a **Resolução CONAMA 273/2000** em seu Art. 4º não estabelece ou permite apenamentos ou autuações quaisquer a estabelecimentos congêneres, enquanto houver tramitação documental, sem que haja cometimentos mais graves quanto a poluições e degradações diversas (Agravamento de instrumento nº 2002.01.002126-0/D.Fda lavra do **Desembargador Federal Antônio Ezequiel Da Silva**, tendo como agravado o **Ibama**), o que não veio a ser constatado verdadeiramente pela autuação em questão, mesmo por que o agente autuante não se prontificou sequer a analisar e reconhecer o que já existia tecnicamente e que possibilitava a continuidade da tramitação, em busca da **Licença da Operação Corretiva**, nos moldes da época, já que a mesma não permitia edificar quaisquer adequações técnicas e legais sem que se houvesse a Autorização Final por parte da **FEAM**, em relação à aprovação dos Projetos finais. **Como Adequar se estávamos ainda em fase inicial do FOB?** A **FEAM** não aceitava, portanto o **Auto** era infundado o que torna a atual **Decisão** sem sustentação legal.

3 – Não foi estabelecido também no Laudo de Vistoria da época e mesmo no **Auto** de infração a particularização da degradação ambiental alegada conforme citada no **Auto 2006/2005**, e no **Ofício da FEAM**, como também no **Ofício SUPRAM NOR /510/2008** que examinou peças do **Processo 02793/2001**; a nosso ver já extinto, mesmo por que a própria **Decisão Colegiada** examinou e decidiu em cima do **Processo 9916/2005/002/2007** recente, e com formatação técnica já diferenciada, conforme **Recibo de Entrega de Documentação N° 288676/2007** que gerou a **Autorização Ambiental de funcionamento SUPRAM NOR N° 02295/2007**, de conformidade com o processo recente supra assinalado, sem se atentar contudo ao antigo processo de 2001, que na verdade constitui – se no processo original e ainda em validade.

4 – Ademais a peça decisória do Colegiado, tecida no **ofício 510/2008**, peca por inverdade de conteúdo, eis por que:



A – O empreendimento ora apenado, não descumpriu como relatado, Determinante ou Condicionante formulada pelo Plenário do COPAM, por Câmara Especializada, ou por Seccional de Apoio. No mesmo sentido, não houve descumprimento de Plano de controle Ambiental de Medidas Mitigadoras, de Monitoração ou Equivalentes, aprovadas nas Licenças Prévia, de instalação ou de Operação, por que não foi constatada a existência de poluição ou degradação ambiental, mesmo por que estamos plenamente na vigência da **Autorização Ambiental de Funcionamento** nº 02295/2007 com validade até 2011, e, portanto, não poderíamos ser apenados pelo colegiado do **COPAM** sem que se houvesse cometimentos agravantes, o que não aconteceu.



### Pleito Recursal

Considerando-se os fatos acima expostos, acompanhados de justificativas palpáveis e reais, rogamos pelo cancelamento da decisão em questão, pois a intenção do nosso Governo de Minas é justamente o esclarecimento e a conciliação, conforme apregoa o próprio Decreto que baliza a fundamentação assinalada na autuação, como também na Legislação afeita.

Temos a informar que a resolução dos problemas ambientais exige uma ação negociada no processo de Gestão; porém, tal ato nobre, contraria a forte tendência da arrecadação. A promoção de diferentes mecanismos de participação torna-se imprescindível para a eficácia das ações a serem empreendidas com o objetivo da proteção ambiental, ao mesmo tempo em que se promove o atendimento das demandas sócio econômicas, o que vem a ser respaldado por compêndios diversos que tratam da eficiência da **Gestão Ambiental Participativa**. A literatura pertinente mostra a necessidade e sugere uma convivência mais estreita e comunicativa entre o Poder Discricionário X Empreendedor X Comunidade. Neste diapasão, rogamos pelo cancelamento da Decisão **URC COPAM NOROESTE**, realizada inadvertidamente, porque se continuada, estaremos fadados a falência, pois os sofrimentos advindos de tais punições são incalculáveis para um pequeno empreendimento como o nosso. Ademais, se fecharmos, várias famílias ficarão sem seu sustento básico e primordial, e a própria comunidade de **Formoso**, também ficara desabastecida de combustível, haja vista, sermos o único Posto Revendedor de Combustível da Cidade. Por outro lado, temos a informar que estamos a duras penas conseguindo financiamento a fim de adequar o empreendimento seguindo os modelos técnicos e legais vigentes.

Sendo o que temos para o momento, ressaltamos nossas esperanças para o pleito administrativo ora enviado receba do **COPAM** a devida atenção e compreensão, pois estamos

seriamente e resolvidos a atender as normas ambientais reguladoras como estabelecido pela SEMAD. Conforme apregoadado pelo Decreto 44844/2008, nos prontificamos ao relato desta situação no plenário do COPAM, onde os membros da plenária poderão entender a "outra face d moeda", ou seja, se inteirar das agruras que um pequeno empreendedor sofre em busca de uma legalização ambiental desde 2001, relativo à estabelecimento que já funcionava anteriormente à Resolução Conama 273/2000, e sem o montante financeiro a se promover onerosas e custosas adequações.

Processo: 08918/2006/002/204  
Documento: 176938/2006  
Pag.: 022

Atenciosamente,



*[Handwritten Signature]*

Posto Prisco e Moura

CNPJ: 86.634.839/0001-05

Av. Presidente Castelo Branco nº 133 Centro, CEP: 38690-000

Formoso - MG

1	OFÍCIO DE NOTAS DE BURITIS-MG
AVENIDA BANDEIRANTES, 716 TEL: (33) 3662-1405	
Reconheço, por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:	
<i>Márcia Prisco Lamas e Moura</i>	
<i>de Moura</i>	
Em testemunho da verdade.	
BURITIS, 13 de	novembro de 2008
<i>[Handwritten Signature]</i>	
<input checked="" type="checkbox"/> LUIZ CARLOS ESPIRITO SANTO - TABELIÃO	

